

TURISMO RURAL ACESSÍVEL COMO ALTERNATIVA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL¹

ACCESSIBLE RURAL TOURISM AS A STRATEGIC ALTERNATIVE FOR SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT

Resumo: Atualmente o turismo rural tem se mostrado como alternativa de lazer e complemento de renda, nas mais diversas tipologias e modalidades. Contudo, ainda é incipiente a atenção para a acessibilidade destas propriedades rurais. Desta forma, o objetivo do presente artigo é analisar a acessibilidade do turismo rural por meio de uma revisão sistemática de literatura. Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, e foi realizada por meio de pesquisa de estado da arte e pesquisa sistemática com abordagem qualitativa. Foram identificados 302 artigos para análise dos dados, os quais somente 5 abordam o tema em questão. Como resultados, foram identificadas as seguintes temáticas: Turismo Rural Acessível, Meios de Hospedagem, Inovação, Atividades de Lazer, Pessoas com Deficiência, Idosos, Destinos Turísticos e Atitudes. Apesar da pequena quantidade de estudos sobre o tema, foi possível perceber várias abordagens relacionadas as pessoas com deficiência, indicando o despertar para essa realidade.

Palavras-chave: Turismo. Turismo Rural. Turismo acessível. Pessoas com deficiências.

Abstract: Currently, rural tourism has shown itself as an alternative for leisure and income complementation, in the most diverse typologies and modalities. However, attention to the accessibility of these rural properties is still incipient. Thus, the objective of this article is to analyze the accessibility of rural tourism through a systematic literature review. Methodologically, the research is characterized as exploratory and descriptive, and was carried out through state-of-the-art research and systematic research with a qualitative approach. A total of 302 articles were identified for data analysis, of which only 5 address the theme in question. As results, the following themes were identified: Accessible Rural Tourism, Accommodation, Innovation, Leisure Activities, People with Disabilities, Elderly, Tourism Destinations, and Attitudes. Despite the small number of studies on the subject, it was possible to notice several approaches related to people with disabilities, indicating an awakening to this reality.

Keywords: Tourism. Rural tourism. Accessible tourism. People with disabilities.

Daniel Garcia da Rosa¹
Rosislene de Fátima Fontana²

¹ Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil. E-mail: daniel_garcia390@hotmail.com

² Doutora em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí – Univali – 2017. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (mestrado e doutorado) da Unioeste. E-mail: rosilene.fontana@unioeste.br

¹Artigo original apresentado no III Seminário Internacional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, realizado no período de 23 a 26 de novembro de 2022, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, da Unioeste, em Marechal Cândido Rondon – PR.

INTRODUÇÃO

O turismo rural mostra-se uma alternativa de lazer para moradores da zona urbana, uma vez que estes, além de descansar da rotina dos grandes centros, podem desfrutar da hospitalidade e do aconchego nas propriedades rurais. Além disso, os visitantes podem observar o modo de vida dos moradores da zona rural, seus costumes e produtos artesanais, interagindo com a população local, conhecendo seu patrimônio histórico e natural e até mesmo buscando memórias e reencontro de suas raízes (BRASIL, 2010).

Assim, vislumbrando a atividade turística como uma oportunidade de complemento de renda ou até mesmo como renda principal, algumas propriedades rurais começaram a trabalhar com o turismo rural, nas suas diversas modalidades ou tipologias. Contudo, o que se tem observado é que muitos desses empreendimentos colocados à disposição dos turistas não têm se atentado para a questão da acessibilidade às pessoas com deficiência. Isso limita o acesso de uma grande parcela da população para a fruição das atividades turísticas rurais.

O conceito de turismo acessível diz respeito ao processo colaborativo estabelecido

entre os mais diversos atores do sistema turístico, com o objetivo de promover a adaptação da oferta turística a todos os turistas, de acordo com as suas necessidades de acesso, permanentes ou temporárias, visíveis ou invisíveis, mais ou menos severas, de forma que possam dela usufruir com autonomia, igualdade e dignidade, sem barreiras físicas ou relacionadas aos serviços, produtos e ambientes (*WORLD TOURISM ORGANIZATION [UNWTO]*, 2013).

A organização das sociedades, desde a antiguidade, sempre tratou os portadores de deficiência como incapazes, marginalizando-os e privando-os de liberdade, deixando-os sem, de fato, poderem exercer suas atividades e seus direitos enquanto pessoas (MACIEL, 2000). Sendo assim, este trabalho tem por objetivo analisar a acessibilidade do turismo rural por meio de uma revisão sistemática de literatura.

TURISMO RURAL: ORIGEM E CONCEITO

O meio rural sofreu diversas transformações ao longo do século XX. A crise de 1929, encontrou a economia brasileira bastante fragilizada devido à grande dependência das exportações de café. Ela

pode ser considerada como divisor de uma diversificação da produção agropecuária e, principalmente, da base econômica do país. O período seguinte à crise, o qual se estendeu até a década de 1960, foi marcado por um processo de industrialização substitutiva de importações (FURSTENAU, 1987).

Furtado (2007, p. 329), nos diz que “à medida que o desenvolvimento industrial se sucedia à prosperidade cafeeira, acentuava-se a tendência à concentração regional de renda.” E os fatores mais evidentes dessas transformações foram as dificuldades no campo, as crises agrárias e a modernização, esta, inseriu no meio rural a tecnificação dos maquinários agrícolas e a utilização de insumos em sua produção. Essa novidade tecnológica impossibilitou a permanência dos pequenos agricultores no campo, uma vez que não conseguiam, devido às suas condições financeiras, acompanhar esse novo ciclo; nesse contexto, iniciou-se o processo do êxodo rural (WANDSCHEER E TEIXEIRA, 2010).

Com o êxodo rural, muitas áreas rurais ficaram despovoadas e enfrentaram problemas econômicos e sociais. Estudiosos do tema, citados a seguir, introduzem o tema “ruralidades” que se refere às diferentes formas de vida, produção e organização social

nas áreas rurais. É influenciado por fatores como a geografia, a história, a cultura e a economia de cada região. As ruralidades podem ser muito diversas, variando de acordo com a região, a época e os grupos sociais envolvidos.

Um autor importante que fala sobre o tema das ruralidades é o geógrafo francês Yves Lacoste (1988). Em seu livro “A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, ele destaca que as ruralidades não devem ser vistas como um conjunto homogêneo de atividades e modos de vida, mas sim como uma diversidade de paisagens, culturas e relações sociais que compõem a realidade rural. Segundo Lacoste (1988), é preciso compreender as ruralidades de forma dinâmica, levando em conta as relações de poder e as contradições presentes nas sociedades rurais.

Outro autor que aborda o tema das ruralidades é o sociólogo brasileiro Jose de Souza Martins (1981). Em seus estudos sobre o campesinato brasileiro, ele destaca a importância de se compreender as ruralidades como formas de resistência e de construção de identidades culturais frente às pressões do mundo urbano-industrial. Para Martins (1981), as ruralidades são marcadas por uma pluralidade de formas de vida e de relações

sociais, que são moldadas pela história e pelas lutas dos grupos rurais por seus direitos e pela defesa de seus modos de vida.

A ruralidade por ser vista como um importante fator na luta contra o êxodo rural. Isso ocorre porque a valorização da vida no campo e a promoção de atividades econômicas sustentáveis nas áreas rurais podem oferecer alternativas concretas aos moradores do campo, reduzindo a necessidade de migrar para as cidades. Carneiro (1998) apresenta uma reflexão sobre a ruralidade, entendida como uma forma de organização social e cultural que tem sua base na relação entre homem e natureza. Ela é marcada por uma forte ligação com o meio ambiente, o que se traduz em uma relação de respeito e cuidado com a natureza. Essa relação é construída ao longo do tempo, a partir da interação entre as pessoas e o meio em que vivem, e se manifesta em práticas como a agricultura de subsistência, a criação de animais, a pesca e a caça.

Nesse sentido, as novas ruralidades apresentam ao homem do campo uma nova forma de pensar e viver seu local, e é no contexto dessas transformações que o turismo rural surge como uma atividade econômica possível. Entende-se que diversos fatores favoreceram o desenvolvimento do turismo no

meio rural; porém, em geral, as experiências iniciaram-se em locais com dificuldades econômicas ou que enfrentaram crises agrárias. Além disso, o poder público, por um período, incentivou o desenvolvimento do turismo em localidades distintas das praias, buscando desafogar o litoral, uma vez que o segmento turístico de sol e praia vem sofrendo, há décadas, com o fenômeno do turismo de massa (TULIK, 2010).

O conceito de turismo rural pode ser amplo e muitas vezes não é bem definido, o que pode gerar confusão em sua aplicação. Num primeiro momento falaremos do início dessa atividade para em seguida trazer os diversos conceitos e suas aplicações. Esclarecendo que faremos uso, nesse trabalho, do termo turismo rural, que é uma forma de turismo que ocorre em áreas rurais, onde os visitantes podem ter contato com a natureza e as atividades da vida rural.

Conforme o Ministério do Turismo (2010), o início do turismo rural no Brasil, como atividade econômica, teria surgido em 1986, no município de Lages, na região serrana de Santa Catarina, quando algumas propriedades rurais abriram suas portas a visitas e para algumas atividades. Então, o turismo rural iniciou-se a partir de uma ação conjunta da iniciativa privada e da pública,

por meio da qual, a partir do auxílio do governo, a Fazenda Pedras Brancas juntou-se a outras fazendas da mesma região serrana, para apoiar atrações específicas de cada uma e da região do estado catarinense, de modo a preservar as heranças culturais deixadas pelos colonizadores europeus (TULIK, 2004). Daí por diante, a atividade do turismo rural começou a ser caracterizada como uma oportunidade para proprietários e famílias que vivem no meio rural e que enfrentam dificuldades no setor agropecuário. A partir do final de 1990, o turismo rural acabou sendo difundido no país, fazendo com que um expressivo número de empreendedores de todas as regiões investisse nesse segmento (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

O conceito de turismo rural é bastante amplo, conforme mencionamos anteriormente,

e abrange atividades que vão desde a hospedagem em casas de campo, pousadas, hotéis-fazenda, até a visitas a propriedades rurais para conhecer a produção agrícola e a cultura local. O turismo rural pode ainda incluir atividades como caminhadas, passeios de bicicleta, cavalgadas, entre outras.

João Veiga, em seu livro “Turismo Rural e Desenvolvimento Local”, define o turismo rural como um “segmento do turismo que se desenvolve em espaços rurais, valorizando a natureza, as tradições e a cultura local, com o objetivo de proporcionar aos turistas um contato com o mundo rural e suas formas de vida”. Há uma diversidade de conceitos sobre o turismo rural, conforme pode ser observado na tabela 01.

Tabela 1: Conceitos sobre o turismo rural

Definição	Autor	Ano
O turismo rural como uma atividade que se desenvolve no espaço rural e que envolve interações entre os turistas e os habitantes locais, seus modos de vida e cultura.	Brito e Ferreira	2004
O turismo rural como uma atividade que busca proporcionar experiências autênticas de vida no campo, permitindo a interação dos turistas com a natureza, a cultura local e as atividades agrícolas.	Panosso Netto e Pimentel	2008
O turismo rural como uma forma de turismo que utiliza as potencialidades do espaço rural para a oferta de produtos e serviços turísticos, agregando valor à produção agropecuária e contribuindo para a sustentabilidade do meio rural.	Santos e Mariano	2012
O turismo rural como uma atividade que oferece aos turistas a oportunidade de vivenciar a vida no campo, conhecer os produtos e serviços da região, interagir com a comunidade local e participar de atividades rurais.	Tulik	2017

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Abramovay (2007) discute as transformações que estão ocorrendo nas zonas rurais, incluindo mudanças no modo de vida, nas atividades econômicas e na relação com a cidade. Ele enfatiza que o turismo rural pode ser uma importante ferramenta de desenvolvimento rural, desde que seja planejado e implementado de forma adequada. Ele destaca que essa contribuição para a diversificação das atividades econômicas nas áreas rurais, proporcionando uma fonte de renda alternativa para as populações locais. Além disso, pode promover a valorização dos produtos locais, a preservação da cultura e das tradições rurais e o desenvolvimento sustentável das comunidades.

É necessário entender que o turismo rural não pode ser visto como uma solução única e imediata para os problemas econômicos e sociais das áreas rurais. Ele será uma importante estratégia de desenvolvimento rural, desde que seja implementado de forma consciente e responsável, considerando as particularidades locais e garantindo a participação e o benefício das populações rurais (ABRAMOVAY, 2007).

Sendo assim, entende-se que o turismo rural possibilita o contato com a natureza, o conhecimento de atividades ligadas à agricultura e à pecuária, aos costumes e cultura local, como também complementa a renda da população local, mediante a oferta e o consumo dos serviços oferecidos.

Apesar das pesquisas demonstrarem um futuro promissor para o turismo rural no Brasil, não podemos nos esquecer dos fatores limitantes aos quais estamos expostos. Enfrentamos investimentos insuficientes, ausência de pesquisas e dados que possibilitem um planejamento adequado para a atividade. Por isso, a maior parte dos empreendimentos a que temos acesso, são levados a diante pela insistência de seus idealizadores (BRASIL, 2010; SOUZA E KLEIN, 2019).

Apesar das adversidades enfrentadas pelo setor, o Ministério do Turismo aponta o turismo rural, como um dos setores mais relevantes no contexto pós-pandemia, dado o crescimento do número de turistas que têm buscado em viagens de curta distância atrativos que possuam atividades ao ar livre e sejam distantes de grandes centros urbanos (BRASIL, 2020). Isto posto, vale ressaltar

que, quando se fala em turismo rural como uma possibilidade para o homem do campo, não se deve esquecer de que essa alternativa apresenta várias soluções para a atual situação, principalmente, do pequeno e médio produtor rural, pode também apresentar alguns problemas, caso a atividade não seja implantada de forma consciente e profissional (FONTANA, 2007), inclusive no tocante à acessibilidade no espaço rural.

ACESSIBILIDADE NO TURISMO RURAL

Por meio da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), entende-se que são pessoas com deficiência (PcD) indivíduos que apresentam adversidades na função ou nas estruturas corporais, como um desvio ou perdas significativas, associadas aos estados de saúde, referenciando funcionalidades fisiológicas, anatômicas e/ou intelectuais durante um intervalo ou em definitivo, como limitação de atividades e restrição à participação. Tal definição leva em conta os componentes corporais, atividades de

participação, fatores ambientais e fatores pessoais (OMS, 2014).

Ainda hoje o conceito de deficiência não é homogêneo; contudo, há dois modelos que comumente têm dominado os estudos: os modelos médicos e os sociais, citados no trabalho de Buhalis e Darcy (2011). O primeiro modelo, médico, considera a deficiência uma adversidade pessoal, que causa diretamente seu déficit por meio de doenças, traumas ou condições de saúde a partir do impedimento biológico; e o segundo modelo, social, em contraste, é utilizado para referir-se a quem tem deficiência como parte da condição humana, sem cura ou tratamento; esse modelo considera, principalmente, como o ambiente socialmente construído promove a exclusão da participação desses indivíduos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), com dados de 2011, 1 bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência – isso significa uma em cada sete pessoas no mundo. Por isso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidas até 2030, trazem sete referências

específicas às pessoas com deficiência, visando a assegurar a elas: educação inclusiva e oportunidade de aprendizagem; emprego pleno, produtivo e de igual remuneração; empoderamento e inclusão social; acesso aos transportes públicos e seguros; acesso universal a espaços públicos e inclusivos; disponibilidade de dados confiáveis.

Ao longo da evolução das relações sociais, pessoas com necessidades já foram denominadas de inválidas, deficientes, excepcionais, portadores de necessidades especiais, e, recentemente, apenas pessoas com deficiência. Entretanto, independentemente das terminologias, o preconceito está nas atitudes que ainda não foram retiradas da sociedade, assim como não são garantidos todos os direitos dessas pessoas, porque a sociedade ainda é capitalista, preconceituosa e com segregação social (NUNES *et al.*, 2008).

A legislação brasileira determina que a pessoa com deficiência deve ser tratada com prioridade, garantindo-lhe a acessibilidade. Nos termos do art. 2º da Lei nº 10.098/2000, acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos

urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (NUNES *et al.*, 2008).

O Ministério do Turismo (2010, p. 15), define que existem várias deficiências, as quais são descritas da seguinte maneira:

- Deficiência física é a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto deformidades estéticas e as que não possuem dificuldades para o desempenho de funções;
- Deficiência auditiva, quer seja ela a perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
- Deficiência visual, que pode ser compreendida pela cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou inferior a 0,05 no melhor olho, com a melhor correção ótica, ou pela baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com

correção óptica, em casos cujo somatório da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60, ou a ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores;

- Deficiência intelectual, a qual é o funcionamento intelectual significativamente inferior à medida, com manifestações antes de 18 anos de idade e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidade adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidade social, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho;
- Deficiência múltipla: é a associação de duas ou mais deficiências.

Os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no censo demográfico de 2010, descreveram que 23,9%, ou 45.606.048 de brasileiros possui algum tipo de deficiência. Sendo 26,5%, ou 25.800.681 mulheres e 21,2%, ou 19.805.367 homens. 7.132.347 vivem em áreas rurais e 38.473.702 vivem em áreas urbanas.

Podemos perceber que é um segmento importante da população, que vêm sendo excluído da atividade turística por falta de infraestrutura adequada, pela

inabilidade ou incapacidade no atendimento preferencial e personalizado para as diferentes tipologias de deficiência que essas pessoas apresentam. Soma-se a isso, pouca informação acerca da acessibilidade nos serviços e empreendimentos turísticos, a discriminação e experiências negativas e constrangedoras desencorajam esses potenciais consumidores (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2014).

Por esse motivo, a adoção de práticas que possam integrar as PcD se faz necessária para o desenvolvimento sustentável do turismo, principalmente em áreas rurais, buscando garantir condições de vida com dignidade, a plena participação e inclusão na sociedade, e a igualdade de oportunidades a todas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida também na atividade turística no espaço rural.

MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva e foi realizada por meio de pesquisa de estado da arte e pesquisa sistemática com abordagem e análise qualitativa.

A base de dados SciELO® Brasil, sigla de *Scientific Electronic Library Online*

foi utilizado para a busca dos estudos sobre turismo classificados no período de 2017 a agosto de 2022. A palavra para busca aplicada foi turismo/*tourism*. Foram aplicados os filtros: Coleções: Brasil; Idioma: Português; Tipo de Literatura: Artigo.

A busca com a palavra turismo revelou um total de 302 documentos. Depois de feita uma análise dos documentos, verificou-se que 2 deles apareciam de maneira repetida o que reduziu o número para 300. Desta totalidade foi feita uma pesquisa para averiguar se todos se referiam a turismo acessível no meio rural. Com essa pesquisa descobriu-se que somente 7 artigos se referiam ao tema do estudo, acessibilidade no turismo rural. Desse total, 2 artigos não entraram para a análise, pois embora tenha o título: Turismo para cegos, trata-se na realidade, de comentários sobre a obra literária de Tércia Montenegro. Com isso, chegou-se ao número de 5 artigos.

Os artigos foram abertos e analisados pelo título, palavras-chave e resumo. Foram selecionados artigos que trataram de turismo acessível no meio rural e isto deveria estar explícito em uma das três categorias de análise citadas anteriormente.

Após essa identificação, foi analisado o conteúdo de maneira individual em cada artigo visando sistematizar e caracterizar essa produção. Os artigos foram agrupados de acordo com suas semelhanças e diferenças dentro do tema turismo acessível no meio rural. Ademais, para compor a análise dos dados foi utilizado o módulo Wordstat® que realiza uma varredura nos textos eletrônicos que compõem a base de dados a ser analisada, nela identificando a presença dos termos mais frequentes nos artigos analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da busca pelos artigos nos 5 artigos analisados discorreram sobre diversas temáticas. A partir da análise do conteúdo observou-se que os artigos tratavam de mais de um tema, sendo os principais: Turismo Acessível, Meios de Hospedagem, Inovação, Atividades de Lazer, Pessoas com Deficiência, Idosos, Destinos Turísticos e Atitudes.

Na temática sobre meios de hospedagem, o artigo de Ferst, Souza e Coutinho (2020) aborda processos inovadores para o atendimento das necessidades da pessoa com deficiência nos

meios de hospedagem localizados próximos aos atrativos do Centro Histórico de Manaus. O artigo de Duarte e Honorato (2020) trata da hospitalidade aos usuários de cadeiras de rodas nos principais teatros da cidade de Brasília/DF. Observa-se a necessidade do desenvolvimento de ações eficazes para o atendimento das necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em meios de hospedagem, ambos os artigos demonstraram essa preocupação.

Quanto a temática inovação, o artigo de Moura *et al.* (2017), busca compreender as intenções comportamentais e o uso da internet pela terceira idade com fins de escolhas de destinos turísticos. O artigo relata que o idoso americano é mais propenso e adota rapidamente o uso de dispositivos móveis como tablet ou e-book, já no Brasil, a realidade é diferente: Apenas 18% dos idosos usam smartphones enquanto que 77% usam o telefone celular comum (MOURA *et al.*, 2017). O artigo de Ferst, Souza e Coutinho (2020) buscou averiguar se os meios de hospedagem estão usando processos inovadores no atendimento as PcD.

Referente à temática Atitude, o artigo de Leal, Eusébio e Rosa (2020) busca analisar as atitudes dos estudantes e

profissionais de outros setores com relação as PcD. Traz ainda que “as atitudes em relação às PcD, representam uma das maiores barreiras à sua participação em atividades sociais, como por exemplo, o acesso aos serviços públicos de saúde, educação, lazer, recreio e desporto, contribuindo ainda mais para os efeitos incapacitantes da deficiência.” (DUCKWORTH, 1988).

Sobre a temática atividades de lazer, Werle e Vaz (2019), objetivou identificar e analisar alguns sentidos que o turismo adquire no contemporâneo para os idosos que viajam em excursão. Foram acompanhadas quatro excursões realizadas na Região Sul do Brasil.

Na temática pessoas com deficiência, Leal, Eusébio e Rosa (2020), propõe o uso do mapeamento das descobertas já alcançadas pelas investigações desenvolvidas, sobretudo em outras áreas do conhecimento, e em outras atividades econômicas, pretende-se, com esta revisão sistemática, identificar lacunas e oportunidades em termos de investigação científica sobre as barreiras atitudinais no âmbito do turismo acessível.

Sobre a temática Idosos, embora a busca tenha sido sobre a acessibilidade da

pessoa com deficiência, dois artigos trataram especificamente sobre a pessoa idosa. Moura et al. (2017) pesquisaram o perfil dos idosos brasileiros e os contextos turísticos e tecnológicos. Já Werle e Vaz (2019) analisaram como as excursões contribuí na formação de amizade entre os idosos e a biossociabilidade que refletem a centralidade do corpo e o teor da superficialidade que regem as relações contemporâneas.

Quanto a temática destinos turísticos, Moura *et al.* (2017) investigaram o uso de tecnologia digital que tenham maior interface com a atividade turística e como isso tem contribuído a escolha dos destinos turísticos pelo turista idoso.

Quando se trata da acessibilidade, percebe-se que a sociedade brasileira está muito aquém em relação ao que precisa ser feito e melhorado. Isso inclui o acesso à saúde, ao trabalho, à educação, ao esporte e ao lazer. Lutar pelos direitos das Pessoas com Deficiência é muito mais do que pensar em inclusão social, é a capacidade de se imaginar do outro lado, uma vez que todos estão sujeitos a ter algum tipo de deficiência, seja ela temporária ou permanente.

Ter acesso ao turismo é um desafio para a pessoa com deficiência. Quando se trata do turismo no meio rural é pior ainda.

Muito precisa ser feito ou melhorado em estabelecimentos onde ocorre esse tipo de turismo. O baixíssimo número de artigos encontrados sobre a acessibilidade no meio rural é um indicativo do quanto este tema precisa ser melhor estudado. Acessibilidade precisa ser entendida como a oportunidade de incluir a pessoa com deficiência na sociedade, garantindo-lhe o direito de acesso a bens e serviços, sem que haja a dependência de terceiros, dando-lhe autonomia e independência com segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte dos obstáculos que se colocam às pessoas portadoras de deficiência nas suas atividades turísticas resulta da falta de conhecimento das suas necessidades específicas e também na desvalorização do seu potencial, enquanto segmento de procura turística. Para que se possa contrariar esta situação, são necessárias iniciativas que promovam o conhecimento mais aprofundado deste mercado, sensibilizando os vários intervenientes, não só os atores com responsabilidade neste domínio, mas também a sociedade em geral.

Os destinos turísticos só têm a ganhar com a remoção de barreiras e com o

desenvolvimento de produtos acessíveis uma vez que, como o demonstram alguns estudos, este mercado não é negligenciável e constitui uma oportunidade de negócio crescente. No entanto, a principal razão para tornar os programas acessíveis é a responsabilidade social e o direito básico de todas as pessoas serem julgadas de acordo com suas capacidades e não pelas suas deficiências, o seu direito de ser incluídas em todos os aspectos da vida pública e o seu direito de se divertirem como todas as outras.

Contudo, conforme observado na presente pesquisa é possível afirmar que são poucos os trabalhos publicados relacionados ao tema turismo rural acessível, demonstrando uma lacuna nas pesquisas relacionadas ao espaço rural, no tocante a acessibilidade, quando de 302 artigos identificado, apenas cinco tratam do tema, demonstrando ser este um campo fértil para novas pesquisas e atenção dos empresários do turismo no espaço rural.

O desenvolvimento sustentável do turismo, apenas de ser considerado por alguns autores como utópico, provoca o desafio da sua aplicação e operacionalização numa forma de desenvolvimento mais responsável, consonante com o almejo das

aspirações dos princípios da sustentabilidade.

A abordagem que deve ser dada ao turismo sustentável é a de direcioná-lo operacionalmente ao planejamento futuro, com esforços sistemáticos para consolidação de melhores condições na qualidade de vida das comunidades locais, na organização econômica e na conservação do meio ambiente.

Para se consolidar como atividade responsável e ambientalmente adequada, é necessário o planejamento turístico integrado ao desenvolvimento regional, envolvendo a participação ativa da população local, tanto no processo de definição dos objetivos, como na elaboração de instrumentos, procedimentos e de indicadores para análise da sustentabilidade e gestão do desenvolvimento local do turismo sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito Além da Economia dos Territórios: as ruralidades em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BRASIL. **Ministério do Turismo. Turismo Rural: orientações básicas**. 2 ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

Disponível em:
<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-rural-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em 13 mar. 2023.

BRASIL. **Ministério do Turismo. Boletim de Desempenho Econômico do Turismo**. Brasília, DF: MTUR, 2014. Disponível em https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/repositorio/sondagens-conjunturais/boletins-desempenho-economico-do-turismo/ano-xii-2015/boletim-desempenho-economico-do-turismo_n47_1.pdf. Acesso em 13 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Plano Nacional de Turismo**. Brasília, 2003. Disponível em:
<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/plano-nacional-2013-pdf>. Acesso em 13 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Plano Nacional de Turismo**. Brasília, 2007. Disponível em:
http://p.download.uol.com.br/guiamaua/dt/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf. Acesso em 13 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Plano Nacional de Turismo**. Brasília, 2013. Disponível em:
<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/plano-nacional-2013-pdf>. Acesso em 13 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Plano Nacional de Turismo**. Brasília, 2018. Disponível em:
<https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-nacional-do-turismo>. Acesso em 13 mar. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **MTur divulga dados sobre Turismo Rural e revela importância do segmento**. 2020. Disponível em:
<http://bibliotecarimt.turismo.gov.br/layouts/15/WopiFrame.aspx?sourcedoc=%7bf578ef4c-0c14-439f-88e6-3ce047da19d9%7d&action=view&source=http%3a//bibliotecarimt.turismo.gov.br/Documents%2520Compartilhados/Forms/pastas.aspx?RootFolder%3D%252FDocumentos%2520Compartilhados%252FBoletins%252FBOLETINS%2520MTUR%252FBIMT%25207%26FolderCTID%3D0x0120003B81E760C22AD24CB5391C0BCB03FFC5%26View%3D%257BE1EBE0CF%252D4B73%252D499D%252D9A3B%252D3A5D914F9F6D%257D>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. 2016. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 mar. 2023.

BRASIL. Empresa Brasileira de Turismo - Embratur. **Diretrizes do programa nacional de municipalização do turismo**. Brasília, DF.: Embratur, 2013. Disponível em:
http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Institui Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: 2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

BUHALIS, D; DARCY, S. **Accessible Tourism: Concepts and Issues**. Bristol, London: Channel View Publications, 2011.

CARNEIRO, Maria José. **O espaço rural e a produção agrícola no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

DUCKWORTH, S. C. **The effect of medical education on the attitudes of medical students towards disabled people**. Medical Education. 22(6), 501-505, 1988.

DUARTE, D; HONORATO, T. **Turismo Cultural Acessível: a percepção dos gestores dos principais teatros de Brasília**. Turismo – Visão e Ação. 575-596, 22(3). 2020.

FERST, M; DE SOUZA, J; COUTINHO, H. **Acessibilidade em Meios de Hospedagem: O uso de processos inovadores no atendimento das necessidades do turista com deficiência**. Turismo – Visão e Ação, 446-462, 2020.

FONTANA, Rosislene de Fátima. **Os desencontros da atividade turística no meio rural: Hotel Fazenda Ubatuba**. Revista Hospitalidade, São Paulo, ano IV, n. 1, p. 103-121, 1.sem.2007.

FURSTENAU, V. **A Política de Crédito Rural na Economia Brasileira pós 1960**. Ensaio FEE, Porto Alegre, 8(1); 139-154, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007. p. 329.

LACOSTE, YVES. **A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1988.

LEAL, N; EUSÉBIO, C; DA ROSA, M. **Atitudes em Relação às Pessoas com Deficiência: Uma revisão sistemática da literatura**. Revista Brasileira de Educação Especial. 689 – 710. 26(4), 2020.

MARTINS, José de Souza. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

MACIEL, C. R. M.; **Portadores de deficiência, a questão da inclusão social**. São Paulo, 2000. Disponível em <https://www.scielo.br/j/spp/a/3kryptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MOURA, A; GOSLING, M; CHRISTINO, J *et al.* **Aceitação e Uso da Tecnologia para Escolha de Destinos Turísticos por Pessoas da Terceira Idade: um estudo usando a UTAUT2**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. 239-269. 11(2), 2017.

NUNES, E. *et al.*; **Inclusão social de portadores de necessidades especiais (pnes) e a prática do turismo em áreas naturais: avaliação de seis cavidades turísticas do estado de São Paulo**. Campinas, SeTur/SBE. Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas, 2008. Disponível em:

http://www.cavernas.org.br/wp-content/uploads/2021/07/ptpc_v1_n1_077-088.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

Organização Mundial da Saúde, WHO. (2014). **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)**. 2014. Disponível em http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port%202004.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência**. 1982. Disponível em: <https://eurydice.nied.unicamp.br/portais/todosnos/nied/todosnos/documentos-internacionais/doc-programa-de-acao-mundial-para-as-pessoas-com-deficiencia-1982/view.html#:~:text=Programa%20aprova%20pela%20Assembl%C3%A9ia%20Geral,e%20participa%C3%A7%C3%A3o%20pela%20das%20pessoas>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SANCHO, Altair; IRVING, Marta de Azevedo. Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da inclusão social. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 10, n. 3, art. 9, p. 103-120, 2010.

SOUZA, Marcelino de; KLEIN, Ângela Luciane. Rural, ruralidade, pluriatividade e

multifuncionalidade do desenvolvimento rural. In: SOUZA, Marcelino de; DOLCI, Tissiane Schimith (org.). **Turismo rural: fundamentos e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

Tulik, Olga. **Turismo Rural**. 2, ed. São Paulo: Aleph, 2004.

Tulik, Olga. **Turismo e desenvolvimento no espaço rural: desenvolvimento, conceitos e tipologias**. In: O. S. Santos & M. Souza (orgs.). *Teoria e Prática do Turismo no Espaço Rural*. Barueri, São Paulo: Manole, 2010.

UNWTO World Tourism Organization, 2018. Disponível em <http://www2.unwto.org/facts>, Acesso em: 18 mar. 2023.

WANDSCHEER, E. A. R; TEIXEIRA, A. R. **Novas ruralidades: demandas e potencialidades da sociedade contemporânea**. In: O. S. Santos & M. Souza (orgs.). *Teoria e Prática do Turismo no Espaço Rural*. Barueri, São Paulo: Manole, 2010.

WERLE, V; VAZ, A. **Idosos em Excursão: Entretenimento, Biossociabilidade e Aventura**. Movimento. 25(1), 2019.